

# INFORME



19 a 23 de abril de 2021

## Fecomércio MG

### Entidades do comércio e governador de Minas se reúnem com mediação do TJMG



Divulgação TJMG

O diálogo pela reabertura do comércio não-essencial em todas as regiões mineiras norteou o debate entre o governador Romeu Zema e lideranças empresariais do setor. Mediada pelo presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Gilson Soares Lemes, a reunião dessa terça-feira (20/04) contou com a presença do diretor da Fecomércio MG, Rony Rezende,

além de dirigentes de entidades representativas como CDL/BH, Federaminas e FCDL/MG.

Segundo Rezende, o período de vigência da onda roxa evidenciou que o comércio não pode ser tratado como o responsável pelo crescimento do contágio por Covid-19, entendimento compartilhado pelo Executivo e Judiciário do estado. “Por isso, **pedimos ao governo estadual que estude um horário alternativo para que as empresas submetidas à onda roxa também possam reabrir.**”

Na reunião, Romeu Zema manifestou compreender as dificuldades financeiras do comércio. Diante isso, ele se comprometeu a propor uma flexibilização das normas da onda roxa, permitindo a reabertura das atividades em todo o estado, com os devidos protocolos. O chefe do Executivo Mineiro também destacou que os indicadores sinalizam uma queda na procura por serviços de saúde em Minas.

Confira a matéria completa em [nossa site](#).

### Plano “Recomeça Minas” recebe contribuições da Fecomércio MG

Incentivar a recuperação da atividade econômica do estado pós-pandemia. Esse é o objetivo do **plano “Recomeça Minas”**, que **recebeu nessa quinta-feira (22/04) parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG)**. Agora, o Projeto de Lei (PL) 2.442/2021 segue para a análise em 1º turno da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO).

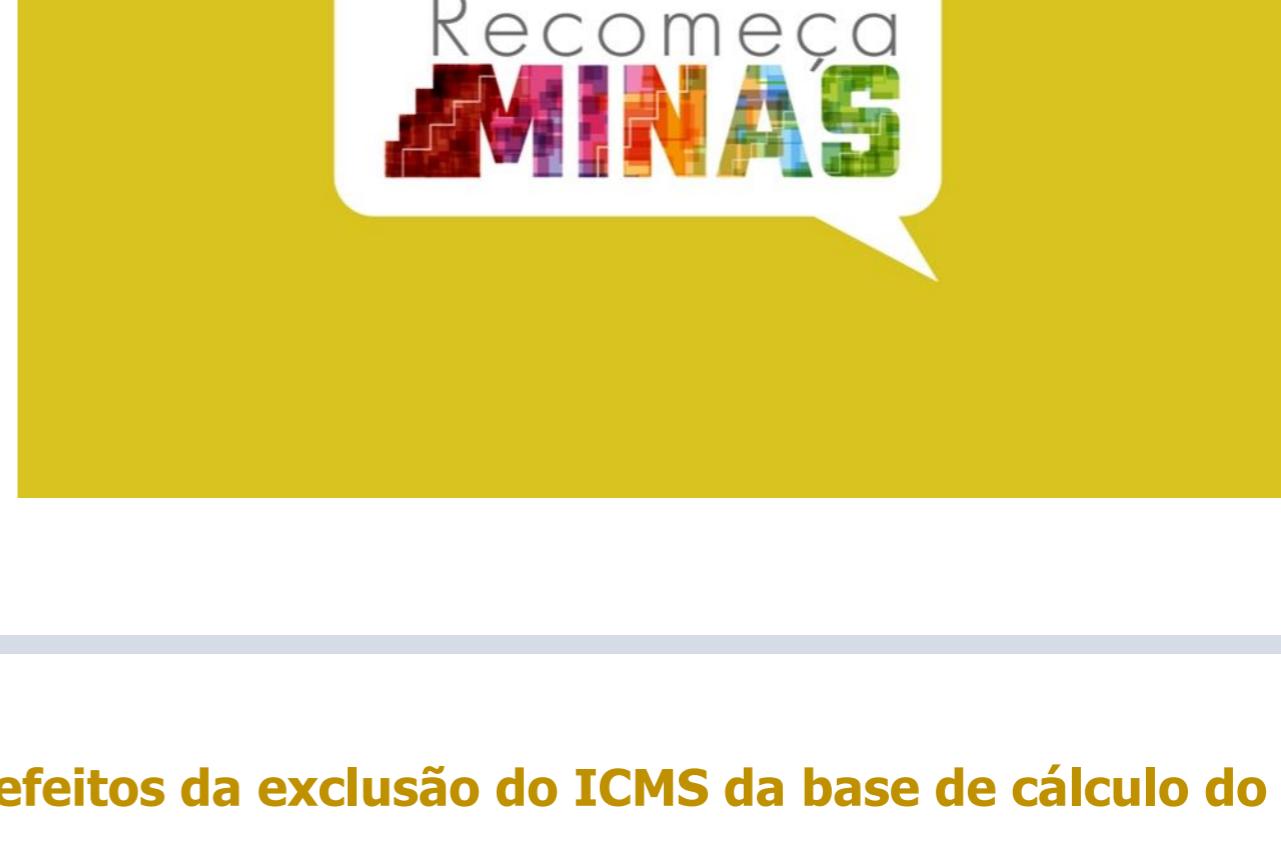
Para recolher sugestões de aprimoramento para a proposta, a ALMG promoveu 16 encontros regionais com líderes de entidades em todo o estado. A **Fecomércio MG não só participou de uma dessas audiências públicas, representada pelo diretor José Mário Rodrigues e por convite do deputado Mauro Tramonte (Republicanos)**, como também enviou uma [nota técnica](#) favorável com sugestões à iniciativa.

Ciente desse e outros problemas ocasionados pela pandemia de Covid-19, a nota técnica, enviada ao autor da

proposta e presidente da ALMG, [Agostinho Patrus \(PV\)](#), inclui sugestões para melhoria das questões tributárias, de auxílio financeiro e acesso ao crédito e de funcionamento das empresas. O documento também foi encaminhado a outros deputados, como os relatores do PL 2.442/2021 na CCJ e FFO.

Confira no [portal da Fecomércio MG](#) as principais sugestões apresentadas pela entidade.

Reprodução



### CNC apoia a Fecomércio MG contra a modulação de efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins

Na próxima quinta-feira (29/04), o Supremo Tribunal Federal (STF) irá julgar os embargos do Recurso Extraordinário (RE) nº 574.706-PR. Em virtude disso, a **Fecomércio MG solicitou o apoio da CNC para realizar ações junto ao STF contrárias ao pedido de modulação dos efeitos de exclusão do ICMS do PIS/Cofins feitos pela Fazenda Nacional**. Caso seja aceito, ele permitirá que a decisão só tenha efeitos após o julgamento do recurso.

**Em atenção à Fecomércio MG e outras entidades, o presidente da CNC, José Roberto Tadros, enviou um ofício ao presidente do STF, Luiz Fux, para ratificar a posição contrária do Sistema em relação ao pedido de modulação.** Para a Federação, a Fazenda Nacional

transforma uma questão de interpretação jurídico-constitucional em uma discussão sobre política fiscal orçamentária.

Há 14 anos, o Plenário determinou que o ICMS não iria compor a base de cálculo do PIS e da Cofins, pois o valor arrecadado com esse imposto não pode ser considerado como receita ou faturamento. Assim, caso a Suprema Corte adote posição contrária ao que tem defendido, uma grave instabilidade jurídica e econômica poderá ser instaurada.

Leia o [ofício à CNC](#) e a [resposta de Tadros](#) à Federação.

# INFORME



19 a 23 de abril de 2021

## Fecomércio MG

### CNC se manifesta a favor da atualização de limites de faturamento do Simples Nacional solicitada pela Fecomércio MG

A Fecomércio MG requisitou nesta semana à CNC que sejam realizadas ações junto aos Poderes Executivo e Legislativo Federais para atualizar os limites de faturamento do Simples Nacional, defasado há quase cinco anos. Desde o início da pandemia, as entidades vêm realizando diversas ações para pleitear condições tributárias mais favoráveis aos contribuintes.

Em [resposta à Federação](#), a CNC ressaltou que vem atuando para aprovar o Projeto de Lei (PL) 558/2018, de autoria do senador Jorginho Mello (PP/SC), que altera os limites para enquadramento das empresas do Simples Nacional. Segundo a Confederação, a proposta irá proporcionar um ambiente de negócios mais favorável e menos burocrático, especialmente para micros e pequenas empresas (MPEs).

No ofício ao presidente da CNC, José Roberto Tadros, a Federação ressaltou que o limite de faturamento para as empresas optantes pelo Simples Nacional é de R\$ 4,8 milhões em relação aos tributos federais e R\$ 3,6 milhões no que diz respeito ao ICMS e ISS (impostos cobrados por Estados e Municípios, respectivamente).

No entanto, considerando a inflação de 19,71% acumulada desde a aprovação da Lei Complementar nº 155/2016, esse limite deveria ter sido reajustado para R\$ 5.745.881,87 em relação aos tributos federais e R\$ 4.309.411,40 no caso do ICMS e do ISS. Segundo a Federação, a mudança pode beneficiar milhares de negócios, sobretudo aqueles obrigadas a sair do Simples Nacional.

Leia, [na íntegra](#), o documento enviado à CNC.

### Federação envia sugestão de minuta aos sindicatos para incentivar a implementação da Lei da Liberdade Econômica nos municípios

Para incentivar a implementação das diretrizes da Lei da Liberdade Econômica (Lei Federal nº 13.874/2019) nos municípios mineiros, a Fecomércio MG produziu uma sugestão de minuta para os sindicatos empresariais ([clique aqui](#)). A ação visa contribuir para que essas entidades realizem ações junto às Prefeituras e Câmaras Municipais para internalizar a norma à legislação das cidades onde atuam.

do [Guia Municipal da Liberdade Econômica](#). Esse material foi elaborado no ano passado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais.

Reprodução



### Cláusulas de CCT celebrada pela Federação em Itabira e Região são validadas pelo TRT-3

O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT-3) deliberou, mais uma vez, pela manutenção de cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho 2020. Favorável à Fecomércio MG, a decisão da 7ª Turma da Corte foi obtida em recurso ordinário que examinava a convenção coletiva de trabalho (CCT) firmada entre a Federação e o Sindicato dos Empregados no Comércio de Itabira e Região.

A Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho (TST) já se pronunciou no sentido de dar legitimidade ativa aos signatários de acordo ou convenção coletiva de trabalho. Porém, a medida não se enquadra ao caso, pois é restrita à hipótese de defeito notado na formação do acordo entre as partes (víncio de consentimento).

De acordo com o coordenador jurídico contencioso da Fecomércio MG, Rodrigo Ribeiro, a decisão da 7ª Turma privilegia a autonomia das entidades sindicais e reafirma a validade ampla e geral das convenções coletivas.

Leia a [matéria completa](#) em nosso site.

Para o relator do recurso, desembargador Marcelo Lamego Pertence, a Macon Ferragens, de João Monlevade, acabou fundamentando o pedido de declaração de ineficácia de cláusulas convencionais *inter partes* na suposta ilegalidade e constitucionalidade de normas da CCT 2020. No entanto, a legitimidade dessa propositura é restrita ao Ministério Público do Trabalho (MPT).

# INFORME



19 a 23 de abril de 2021

## Fecomércio MG

### Sistema Fecomércio MG, Sesc, Senac e Sindicatos Empresariais promove Transforma Minas na próxima quarta-feira (28/04)



Reprodução

Fortalecer ações que valorizem o comércio de bens, serviços e turismo de Minas Gerais. Com esse intuito, o Sistema Fecomércio MG, Sesc e Senac e Sindicatos Empresariais realiza, no dia 28 de abril, o “Transforma Minas”. A iniciativa, voltada aos gestores municipais do estado, visa oferecer subsídios para uma gestão mais sustentável, estratégica e eficiente.

O evento gratuito e on-line terá uma programação diversa, com temas voltados aos desafios da administração pública em 2021, cenários e oportunidades para as prefeituras e perspectivas para o pós-pandemia. O encontro reunirá apresentações de ações e do portfólio de produtos e serviços do Sistema, além da oferta de conteúdos atuais e técnicos relevantes à gestão pública.

O governador de Minas, Romeu Zema; o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Fernando Passalio; a secretária de Estado de Desenvolvimento Social, Elizabeth Jucá; o presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM), Julvan Lacerda; e o jornalista Willian Waack estão entre os convidados. O economista-chefe da Federação, Guilherme Almeida, irá mediаr dois painéis do evento.

As inscrições podem ser feitas pelo [site do Sympla](#) até 28 de abril. Já o evento será transmitido ao vivo pelo [YouTube da Federação](#) para as prefeituras cadastradas. O “Transforma Minas” tem o apoio do governo de Minas, AMM e DMT Palestras.

Confira a programação completa [no site](#).

### Fecomércio MG realiza o 5º Seminário de Direito Tributário no dia 30 de abril

Os impactos da pandemia de Covid-19 extrapolam a saúde, atingindo fortemente milhares de contribuintes em todo o país. Para debater esse e outros assuntos, a Fecomércio MG realiza, no dia 30 de abril, de 9h às 13h, a 5ª edição do Seminário de Direito Tributário, com o tema “Discutindo soluções tributárias: caminhos para o enfrentamento da crise”.

O evento on-line e gratuito terá a presença de renomados profissionais da área jurídica e contábil. Eles abordarão temas ligados às recentes decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), ao Simples Nacional, à importância do planejamento tributário, às hipóteses de regularização de débitos, dentre outros assuntos.

A abertura do 5º Seminário de Direito Tributário será conduzida pela presidente interina da Fecomércio MG, Maria Luiza Maia Oliveira. Já a mediação do evento ficará a

cargo do consultor jurídico tributário e legislativo da Federação, Marcelo Morais. A edição terá transmissão simultânea pelo [YouTube](#) e [Facebook](#) da Fecomércio MG e pela plataforma 2KP.

No portal da Federação, você confere a [programação completa](#) do evento.

Reprodução



### Sistema Fecomércio MG, Sesc e Senac cria Grupo de Trabalho Integrado de Fomento ao Turismo

Propor soluções para a retomada da atividade turística mineira. Esse será o desafio do recém-criado Grupo de Trabalho Integrado de Fomento ao Turismo do Sistema Fecomércio MG, Sesc e Senac. O grupo, coordenado pelo Núcleo de Negócios Turísticos da Federação, reunirá gestores técnicos das três instituições. A iniciativa visa fortalecer a atuação comercial, técnica e institucional do Sistema nesse setor, integrando ações, projetos, produtos e serviços e medidas de apoio aos sindicatos.

A ação surge diante de um momento delicado para todo o setor. De acordo com a CNC, o setor de turismo no Brasil registrou perda de 35,5 mil estabelecimentos com vínculos empregatícios. Esse é o maior prejuízo anual desde 2016, quando 44,9 mil unidades do setor fecharam as portas no país. Só em Minas Gerais, 4,1 mil empresas tiveram que encerrar a oferta de suas atividades turísticas.